EDUCAR PARA A CIDADANIA PLANETÁRIA: DISCURSOS OU POSSIBILIDADES?

Paulo de Tássio Borges da Silva¹

Isabel Santana Santos²

*“A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo da adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo”
(ADORNO, 1995, p. 143).*

RESUMO

O presente trabalho parte de análises acerca da “educação ambiental e diversidade”. O mesmo a partir de uma análise bibliográfica se pretende à reflexão dos discursos e possibilidades na construção da cidadania planetária. Seguindo essa esteira de análise, nossa contribuição está em pensar: O que a educação pode fazer e contribuir na construção de uma cidadania planetária? Nosso itinerário de escrita se fundamenta no livro “Ecopedagogia e Cidadania Planetária”, de Gutiérrez e Prado (2000), dialogando com leituras de autores como Leonarndo Boff (1995), (2006), Guatarri (2005), Capra (2007), Gonçalves (1993), Adorno (1995); em análise de documentos como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal e na Campanha da Fraternidade do ano 2007, lançada pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica. A opção por tais referenciais teóricos, se deve ao fato de acreditar-se que o processo de aquisição do conhecimento, bem como a cidadania planetária, se constrói na diversidade e coletividade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Diversidade; Cidadania Planetária.

Considerações Iniciais

O texto em questão se fundamenta no livro “Ecopedagogia e Cidadania Planetária”, de Gutiérrez e Prado (2000), dialogando com leituras de autores como Leonarndo Boff (1995), (2006), Guatarri (2005), Capra (2007), Gonçalves (1993), Adorno (1995); em análise de documentos como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado

¹ Mestrando em Educação no NPGED - UFS, sob a orientação da professora Maria Inês Oliveira Araújo.

² Mestranda em Educação no NPGED - UFS, sob a orientação da professora Maria Inês Oliveira Araújo.

pelo Governo Federal e na Campanha da Fraternidade do ano 2007, lançada pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica. A opção por tais referenciais teóricos, se deve ao fato de acreditar-se que o processo de aquisição do conhecimento, bem como a cidadania planetária, se constrói na diversidade e coletividade.

O estudo se insere numa abordagem bibliográfica, tendo como objetivo problematizar as possibilidades de construção duma “cidadania planetária”, a partir do ato educativo, não estando este resumido aos processos educativos formais; mas a todos aqueles fenômenos que perpassam agenciamentos de criação, transmissão e aprendizagens no relacionar-se com o meio ambiente. Nesta perspectiva, Adorno (1995), nos remete que o ato de educar não consistiria numa “[...] modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira” (ADORNO, 1995, p. 141).

Primeiras Reflexões...

A caminhada do movimento ecológico emerge na década de 1960, quando surge o questionamento sócio-político e cultural por diversos movimentos sociais com inspiração socialista. Acerca dessa questão, Gonçalves (1993), diz que, é a partir do momento em que o movimento operário se institucionaliza nos países capitalistas e se centraliza e burocratiza nos socialistas, que “[...] os movimentos das mulheres, dos negros, os movimentos ecológicos, [começam a ser autônomos, pois até então]”... tinham as suas especificidades subordinadas aos interesses de emancipação do proletariado.

O movimento ecológico nasce no Brasil na década de 1970 em meio à ditadura, com as represálias dos militares que perseguem e abatem diversos movimentos sindicais e estudantis. Momento em que a esquerda brasileira acreditava que o subdesenvolvimento do país devia-se ao imperialismo, aliado à oligarquia latifundiária. Desta forma, deveria haver uma revolução antiimperialista de caráter popular, e com apoio de setores da burguesia nacional. Acompanhando esta reflexão, Gonçalves (1993) nos diz: “Todavia, aqui a burguesia nacional não optou por essa via e se aliou à burguesia internacional,

[sendo que] a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo foi a grande articuladora dessa aliança desde a década de 50” (GONÇALVES, 1993, p. 13).

Neste sentido, os interesses deslocam-se das considerações nacionais que envolvem as questões sociais, para um plano técnico-econômico desenvolvimentista. Onde a burguesia brasileira consegue atrair investimentos estrangeiros e apoio da tecnoburocracia civil e militar.

Gonçalves (1993) atenta que:

Sob a égide do capital internacional que o Brasil alcançará o maior desenvolvimento industrial de sua história. Esse desenvolvimento se fazia ainda num país onde as elites dominantes não tinham por tradição respeito seja pela natureza, seja pelos que trabalham. A herança escravocrata da elite brasileira se manifestava numa visão extremamente preconceituosa em relação ao povo, que seria ‘despreparado’ (GONÇALVES, 1993, p. 14).

Ainda segundo Gonçalves (1993), antes mesmo do movimento ecológico se fortalecer no Brasil, o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, para que os investimentos pudessem aqui aportar. Neste sentido,

São vários os exemplos de concessão de empréstimos internacionais, sobretudo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para que se fizesse a demarcação das terras indígenas, das terras de posseiros e relatórios de impacto ambiental, cujos recursos não foram utilizados para os fins aos quais se destinavam (GONÇALVES, 1993, p. 15).

A partir deste fato, pode-se perceber que não houve uma fiscalização adequada dos investidores quanto à consolidação dos propósitos destas aplicações, ocorrendo um mau gerenciamento da máquina administrativa por parte dos governantes e desconhecimento da população em relação a estes investimentos. O que acabou beneficiando uma minoria de fazendeiros que abriram estradas em suas grandes propriedades e grupos políticos que utilizaram o dinheiro para fins eleitoreiros. Ao povo brasileiro, restaram as altas prestações cobradas pelas instituições financeiras, sendo pagas por impostos abusivos, falta de investimento em saúde, educação e moradia.

Na década de 1970, o movimento ecológico se mostra à sociedade brasileira. O Estado passa a ser parte preocupada com a questão ecológica, interessado nos investimentos estrangeiros que só chegam caso se adotem medidas de caráter conservacionistas. Nesta esteira, a anistia traz ao Brasil os exilados que tiveram experiências com movimentos ambientalistas europeus, o que traz um certo enriquecimento ao movimento ecológico brasileiro, principalmente o movimento social gaúcho e fluminense na luta nacional da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEB, liderada por Walter Lazarini, contra os agrotóxicos utilizados indiscriminadamente.

Para Gutiérrez e Cruz Prado (2000), a visão racional, positivista e tecnicista de um desenvolvimento ambiental que foi herdada pela industrialização, modernidade ou pós-modernidade e a tecnocracia estão cedendo lugar a uma visão holística, sistêmica e ecológica. Segundo os autores, na lógica racional há a negação do sagrado e da subjetividade em nome do progresso e do desenvolvimento. Enquanto que a dimensão holística considera o mundo com um olhar relacional e integrador, não como entidades isoladas, há um sentido de pertença, onde o ser humano redescobre o seu lugar que deixa de ser um mero consumidor e expectador, e passa a fazer parte de um conjunto harmonioso no universo.

Segundo Gutiérrez e Cruz Prado (2000), há um retorno a cosmovisão dos povos antigos, quando a ciência/física moderna concebe o universo “[...] como uma rede de relações intrinsecamente dinâmica [fazendo necessário] reconciliação dos seres humanos e destes com os cosmos” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 31). Salientam ainda que o abandono desse paradigma herdado de Descartes requer mudanças e respostas políticas, econômicas, culturais e educativas. Para isso, seria necessário uma ecopedagogia. Para os autores, a ecopedagogia relaciona-se “[...] com o desenvolvimento sustentável, a formação da cidadania planetária, criação e promoção da cultura de sustentabilidade” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 30).

As Três Ecologias

Para Guatarri (2005), há disparidades locais, regionais, nacionais e planetárias. Disparidades estas que se referem ao gênero, aos grupos étnicos, a orientação sexual e as classes sociais. De acordo com este autor, é preciso haver uma revolução que esteja

encarnada numa ecosofia. A ecosofia seria a articulação ético-política entre os três registros ecológicos, sendo eles o meio ambiente (ecologia ambiental), relações sociais (ecologia social) e subjetividade humana (ecologia mental).

A ecologia ambiental consiste em compreender que não estamos sozinhos, fazemos parte de um todo que se interliga; Guatarri (2005) a preconiza com uma ecologia maneiras de assumir a própria *psique*. É o que Boff (1995) chama de “comunidade de vida” e Capra (2007) define como “teia de relações e vida”. A ecologia social remete ao desenvolvimento de práticas específicas que tendem a modificar e reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família (com suas diferentes configurações contemporâneas), do contexto urbano e do trabalho. E a ecologia mental, relacionada à reinvenção da relação do sujeito com o corpo, com o inconsciente, com o tempo que passa, com os “mistérios” da vida e da morte.

Segundo Guatarri (2005), se não houver uma integração entre as três ecologias podemos sofrer com o crescimento do racismo, da homofobia, do fanatismo religioso, dos cismas nacionalitários, da exploração do trabalho infantil e da opressão das mulheres (machismo e misoginia).

Acerca deste ponto, Gutiérrez e Cruz Prado (2000) acreditam que é necessário revalorizar a consciência “[...] como aspecto chave de nossas relações com a natureza e [...] com o social” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 31). E relacionar a reconciliação da humanidade pressupõe “[...] recuperar o equilíbrio dinâmico e posicionar-se contra a cultura da produção e do consumo desenfreado [...] precisamos voltar os olhos a nós mesmos a fim de recobrar essa harmonia que devemos ter com a natureza como indivíduos e como grupos, etnias, povos e conjunto de nações” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 31).

O Brasil e os Desafios da Crise Ambiental

Num possível diálogo da chamada “crise ambiental”, Gutiérrez e Prado (2000) relatam que há no cenário atual duas maneiras distintas: a desenvolvimentista com a visão estreita e reducionista da *Gaia*, e a do desenvolvimento sustentável, com uma fundamentação ecológica. Ao ver desses autores:

Enquanto o ambientalismo superficial apenas se interessa por um controle e gestão mais eficazes do ambiente natural em benefício do “homem”, o movimento da ecologia fundamentada na ética reconhece que o equilíbrio ecológico exige uma série de mudanças profundas em nossa percepção do papel que deve desempenhar o ser humano no ecossistema planetário (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 31).

Gutiérrez e Prado (2000) salientam que a construção de uma sociedade sustentável requer superação da visão ambientalismo reducionista, anti-harmônica e conservacionista, fim de privilégios supra-rationais da cultura dominante, revalorização das diferentes realidades culturais, aceitação da fundamentação sobre a vida e o universo das antigas tradições religiosas e descobertas da física de Einstein. Para os mesmos, “o desafio da sociedade sustentável de hoje é criar novas formas de ser e de estar neste mundo. Para isso, é preciso superar os falsos valores que estão na gênese e no crescimento da sociedade ocidental e sua cultura” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 34).

No cenário brasileiro, observa-se o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado no ano de 2007, no qual se prevê a construção de hidrelétricas, termelétricas, destilarias de álcool, fomento do biocombustível e entre outras a transposição do Rio São Francisco. Sendo este, justificado em nome do “progresso e modernidade”. Contudo, são inúmeras as críticas que o cerceia por apresentar uma visão de desenvolvimento imediatista, sem levar em consideração à ética do equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável.

A ONG Conservação Internacional (CI) denuncia que a execução do PAC simultaneamente com o Plano Plurianual (PPA) e a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) ameaça metade da área das unidades de conservação do país. O impacto ambiental avaliado pela ONG revela que os projetos causarão danos em 137 unidades de conservação, 107 terras indígenas e 484 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira. Segundo a ONG, o bioma mais afetado é o amazônico, onde 322 áreas ricas em espécies amazônicas serão expostas à pressão humana sem que medidas eficazes para conter os impactos fossem discutidas.

Não se admite mais um plano de crescimento sem que esse esteja responsável com o meio ambiente. É notório que com as obras do PAC a população migratória será grande. Portanto, o Estado deverá dar suporte de infra-estrutura rural e urbana de saúde, educação e saneamento, bem como atenção à perda de qualidade da água e o desequilíbrio de serviços ambientais. O PAC não pode trazer apenas um crescimento, mas um desenvolvimento que seja vivenciado numa dialética holística.

Em contrapartida ao PAC, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a Campanha da Fraternidade (C.F.) de 2007, intitulada “Fraternidade e Amazônia”, e lema “Vida e missão neste chão”, traz como foco os Povos da região amazônica “[...] sua longa presença no território imenso, sua maneira de conviver com os diferentes e complexos elementos que fazem da Amazônia um lugar diferente, com características que a tornam um bioma, um berço da vida que não se repete em outras regiões da Terra” (C.F., 2007, p. 34). De forma pluriétnica, pluricultural e plurireligiosa a C.F. mostra os Povos da Amazônia. “Povos diferentes, culturas diferentes e religiões diferentes [que] convivem, às vezes e conflito, nessa imensa região” (C.F., 2007, p. 36).

Os Povos Indígenas³ convivem a todo instante com ameaças e violências de grileiros, madeireiros e fazendeiros que invadem suas terras retomadas pela Constituição de 1988. As comunidades quilombolas tornaram-se:

Núcleos de agricultores, pescadores, pequenos criadores ou extrativistas [e] nas últimas décadas, seus territórios também vêm sofrendo ameaças e agressões desde a chegada de grileiros, que preparam o avanço dos projetos do grande capital nacional e internacional que pretendem explorar a região em vista dos interesses do mercado liberal e neoliberal (C.F., 2007, p. 45).

Os migrantes nos ciclos da borracha, trazendo a memória o líder sindical Chico Mendes continuam lutando para criação de reservas extrativistas, e contra os grandes projetos de destruição da Amazônia. Os ribeirinhos continuam insistindo na defesa das águas e do bioma amazônico. E cobram em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), uma política energética alternativa, evitando as agressões provocadas pelas hidrelétricas. A luta dos posseiros escancara a demorada reforma

³ O emprego da categoria Povo ao tratar de indígenas é reconhecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada no Brasil em 1993, admitindo o direito de autodeterminação cultural e étnica nos marcos do Estado Brasileiro.

agrária brasileira, onde a terra continua sendo um gigantesco e criminoso negócio, levando a morte de homens e mulheres. Colonos e migrantes que venderam suas propriedades em nome do falso progresso das grandes plantações de soja se estabelecem em grandes fazendas e aumentam o número de desempregados, tornando-se uma população urbana destituída de condições dignas para uma vida humana.

Nesta tessitura abordada acima, diante do capitalismo cada vez mais acirrado, da perda de valores e humanidade; estando rodeados de inúmeras teorias e discursos, o que a educação pode fazer e contribuir na construção de uma cidadania planetária?

Alfabetização Ecológica: um caminho possível

Capra (2007), chama atenção para o que ele denomina de “Alfabetização ecológica”. Na alfabetização ecológica, as pessoas compreenderiam os princípios básicos da ecologia e viveriam de acordo com eles. Desta forma, o grande desafio da educação está em ser humana. A ecologia não separa o ser humano do ambiente, ela é antropocêntrica e humanística. O que nos faz salientar que uma educação humana é o principal desafio.

Segundo Boff (2006)⁴, educar é aprender a pensar. Pensar é que nos dá autonomia. Sendo o objetivo principal da educação criar autonomia. Neste sentido, para a construção de uma autonomia “temos que resistir a lógica da cultura dominante, da mercantilização de valores e da educação [...] temos que desenvolver em nós a cooperação e a solidariedade”. Boff (2006), atenta que vivemos em redes de relações, onde o ser humano é um nó de relações voltado para todas as direções, portanto, somos chamados a “co-existir, co-evoluir e conviver”.

Para Boff (2006), o grande conhecimento moderno é o crítico e não o da hamburguerização da cultura mundial. Segundo o mesmo, herdamos o conhecimento produzido pela humanidade, no entanto, não devemos ser meros reprodutores, devemos ser críticos e criativos. Desta forma, todo estudante deve crescer com o conhecimento crítico, sendo essa crítica acompanhada da autocrítica. A crítica deve identificar os

⁴ Palestra concedida no Congresso Conhecer 2006 ES. Intitulada de “A importância das parcerias na educação”.

interesses que rompem com a sociedade e perceber qual o nosso lugar nesta mesma sociedade.

Considerações Finais

Numa dimensão teológica, Boff (1995) diz que somos todos irmãos e irmãs. Temos os mesmos tijolos básicos que sustentam a vida, e juntos formamos uma comunidade de vida. A seu ver, o universo é formado por cooperação e parcerias, e não feito da norma dos seres reais impossíveis, mas sim de relações. Assim sendo, a escola necessita fazer parcerias com a natureza e com a vida, sendo a educação, a do cuidado. Para isso, faz-se necessário superar o antropocentrismo centrado em nós mesmos, para sermos seres de cuidado e cuidantes, pois é do cuidado que nasce a ética.

Diante dos fatos e aspectos abordados, pode-se inferir que a educação tem um grande papel na construção da cidadania planetária, sendo formadora de valores humanísticos. O desenvolvimento de uma ecopedagogia não pode e nem deve estar submetido a meros ecodiscursos, mas fazer-se prática diária nos diferentes espaços educacionais. A educação para a cidadania planetária antes de tudo precisa ser humana, somente a partir do diálogo e da cooperação conseguiremos uma sociedade mais justa, emancipada, equitativa e conseqüentemente, mais cidadã.

Referências

ADORNO, Theodor W.. **Educação e Emancipação**. 4 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (Tradução Wolfgang Leo Maar).

BRASIL. **Plano de Aceleração do Crescimento**. <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em: 02 Ago. de 2007.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Pobres**. 1 ed.. São Paulo: Ática, 1995.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 2007**: Manual. ! ed.. São Paulo: Salesiana, 2007.

CAPRA, Frijof. **Alfabetização Ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável. 1 ed.. São Paulo: Cultrix, 2007.

CARVALHO, Isabel & SATO, Michele. **Educação Ambiental:** pesquisa e desafios. 1 ed.. São Paulo-SP: Contexto, 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (DES) Caminhos do Meio Ambiente.** 11 ed. São Paulo: Contexto, 1993.

GUATARRI, Félix. **As Três Ecologias.** 16 ed.. São Paulo: Papirus, 2005.

GUTIÉRREZ, Francisco & PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária.** 2 ed.. São Paulo: Cortez, 2000.